

RESUMO EXPANDIDO

Categoria

Simpósio Temático 04 - Recursos Naturais, Conservação e Legislação
Ambiental

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO À LUZ DO DIREITO AMBIENTAL

Cleide Cordeiro dos Santos (UniEVANGÉLICA); Karla de Souza Oliveira
(UniEVANGÉLICA)

Anápolis é um dos municípios do Estado de Goiás que se destaca pelo seu crescimento populacional e econômico advindo da indústria e do comércio. Cidade estrategicamente localizada entre duas capitais, Goiânia e Brasília/DF, fazem dela um centro de atenções das grandes multinacionais. Todo esse crescimento populacional e econômico requer medidas mitigadoras e estratégicas de desenvolvimento sustentável de forma a garantir a qualidade de vida das pessoas que aqui residem e a proteção e preservação do meio ambiente. Esse trabalho científico, dentre o universo de pesquisa, será desenvolvido por meio da análise de políticas públicas ambientais no município de Anápolis – Goiás buscando promover e dar continuidade a um bem estar sócio/financeiro/ambiental. Diante do contexto, as medidas de desenvolvimento sustentáveis devem estar interligados às políticas públicas, a Educação Ambiental e o Município Emergente em discussão, uma vez que, não é preciso destruir o meio ambiente para haver o crescimento econômico de um grande centro.

Palavras Chave: Desenvolvimento Econômico; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Direito Ambiental

Referências:

RESUMO EXPANDIDO

ARAGUAIA, Mariana. Símbolo da Biologia. Disponível em:<<http://www.mundoeducacao.com/biologia/>>. Acesso em: 27 out. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 05 out. 2014.

_____. Lei 12.651 de 25 de maio 2012. Código Florestal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2016.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. Mana, Rio de Janeiro , v. 10, n. 2, Oct. 2004 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2014.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 20 ed., revista atual. eampl. São Paulo: Malheiros Editoriais, 2012.

MENDONÇA, Ivone da Mota. Meio Ambiente. 11 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.folhadaregio.com.br/jornal/2003/10/11/arti02.php>. Acesso em 27 de out. 2014.

MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista. ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ÀS MARGENS DO LAGO ARTIFICIAL DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DO

CORUMBÁ IV, NO MUNICÍPIO DE ABADIÂNIA – GOIÁS. Março de 2012. Disponível em:<<http://www.unievangelica.edu.br/files/images/Eumar%20Evangelista.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 7 ed. rev., atual e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

RESUMO EXPANDIDO

MILHORANCE, Flávia. O que foi a Rio 92. Entenda o contexto e os resultados da que foi considerada a maior conferência de meio ambiente. 30 maio 2012. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/economia/rio20/o-que-foi-rio-92-4981033>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS. Lei Complementar nº. 128 de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor de Anápolis-GO. Disponível em:<http://www.anapolis.go.gov.br/leis/leis_pdf/12810102006.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável. 29 ago. 2012. Disponível em:< <http://www.onu.org.br/rio20/tema/rio20/>>. Acesso em: 27 out. 2014.

SILVA. Rogério Santana. Ministério do Meio Ambiente. Direito Ambiental. Disponível em:<http://www.jurisite.com.br/apostilas/direito_ambiental.pdf>. Acesso em 27 out. 2014.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520110>. Acesso em 16 de set. 2016

<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/secretarias/meio-ambiente>. Acesso em 16 de set. 2016

<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/aspectos-geograficos/>. Acesso em 16 de set. 2016